

**A classe trabalhadora brasileira entre a
integração e a ruptura: notas a respeito da
desigualdade social e a constituição de um
“anseio reformista”¹**

Autor: Vladimir Puzone

¹ Trabalho preparado para apresentação no III Simpósio Nacional sobre Democracia e Desigualdades, Brasília, 11 a 13 de maio de 2016.

Introdução

O presente trabalho procura tecer uma reflexão a respeito da trajetória das classes trabalhadoras no Brasil nas últimas décadas, com especial atenção para o Partido dos Trabalhadores, organização que mais avançou na representação de seus interesses, procurando integrar os grupos subalternos da sociedade brasileira ao funcionamento do capitalismo em nosso país. Além disso, com base nessa reflexão, gostaria de fazer alguns comentários a respeito do significado dos protestos de junho de 2013 à luz da análise acima mencionada, sobretudo à respeito da possibilidade de que as manifestações daquele período podem ter indicado uma divisão no interior das classes trabalhadoras, bem como do significado que essa divisão possui para a organização política das mesmas classes.

Assim, começo por explicar como a ideia de retratar duas facetas da classe trabalhadora no Brasil teve origem, assim como a hipótese de sua integração. Este trabalho faz parte de uma pesquisa mais ampla acerca de uma comparação entre o Partido dos Trabalhadores e a socialdemocracia alemã, sobretudo quando se tem em vista o desenvolvimento desta após a Primeira Guerra Mundial e o fim do período fordista e da regulação keynesiana, no início dos anos 1970. Essa comparação tinha como objetivo compreender em que medida o Partido dos Trabalhadores poderia ser visto como um vetor da integração da classe trabalhadora ao capitalismo no Brasil. Minha inspiração teórica são as análises da teoria crítica da Escola de Frankfurt a respeito da integração da classe trabalhadora nos países de capitalismo avançado durante o século XX, em especial aquelas de Theodor Adorno e Herbert Marcuse. Trata-se aqui, portanto, apenas de explorar algumas hipóteses a respeito da atual conjuntura da sociedade brasileira, tendo em vista que muitas questões postas pela socialdemocracia parecem se repetir na história do PT, ainda que as realidades sociais e históricas entre as duas experiências sejam bastante distintas. Apesar disso, as semelhanças entre os partidos europeus e o brasileiro teriam uma mesma raiz, a tentativa de abertura e alargamento ou até mesmo a ruptura com a ordem capitalista.

O período do pós-guerra é de importância especial, uma vez que nos “anos dourados” do capitalismo a socialdemocracia europeia deixava para trás o velho reformismo, que atribuía aos interesses dos trabalhadores a prioridade máxima em seus programas, dando lugar a um novo reformismo, do qual emergia uma prática de

cooperação aberta com o capital. Dessa maneira, os partidos socialdemocratas do pós-guerra passavam de partidos operários reformistas para partidos de reforma com apoio operário (VAN DER LINDEN, 2005: 27-8). A imagem da política governamental que o PT passou ao assumir o poder federal estaria justamente inspirada na política socialdemocrata do pós-guerra, e que o partido brasileiro resumiria numa política que alie justiça social, em virtude das mazelas sociais características da sociedade brasileira, com a possibilidade de crescimento da economia.

Tendo essas e outras semelhanças em vista, minha intenção é sugerir que as transformações do PT, assim como em seu congênere alemão, não seriam apenas reflexo das ações e escolhas subjetivas de seus principais atores e lideranças, mas teriam como referência processos sociais de maior amplitude. A compreensão da socialdemocracia enquanto fenômeno histórico requer um esforço teórico para uma questão bastante espinhosa para o marxismo, qual seja, saber por que a classe trabalhadora não é intrinsecamente revolucionária e, mais ainda, saber como ela pode aderir imediatamente às pautas reformistas. A questão da integração da classe trabalhadora e de seus partidos à sociedade e às instituições capitalistas é um dos temas-chave da teoria crítica da sociedade. Ao mesmo tempo em que as análises da Escola de Frankfurt permitem observar o reformismo como uma tendência objetiva da história do capitalismo, e não simplesmente uma escolha puramente subjetiva e ligada a uma suposta corrupção de posições originais, ela representa uma tentativa de renovar a teoria marxista e seus conceitos diante dos impasses históricos que se apresentaram ao longo do século XX.

Intelectuais como Theodor Adorno e Herbert Marcuse procuraram compreender até que ponto as transformações do capitalismo nos países avançados implicaram uma profunda mudança no lugar da classe trabalhadora. De uma classe que se encontrava fora das instituições sociais e políticas da sociedade burguesa até o século XIX, o proletariado passaria cada vez mais a ser incorporado às relações sociais capitalistas. O resultado desse processo seria a aceitação das normas de funcionamento dessa sociedade, o que acarretaria ao mesmo tempo a perda de seu potencial revolucionário. Para Adorno, o conceito de integração procura retratar em que medida a classe que se encarrega do trabalho social passa de uma posição mais ou menos extraterritorial em relação ao conjunto da sociedade para outra, dentro da qual é enredada e capturada pela ideologia dominante (ADORNO, 2008: 124). De maneira semelhante, Marcuse mostraria em sua obra de que maneira os partidos operários e especialmente a socialdemocracia

seriam peças fundamentais desse processo de integração. Uma de suas principais teses diz que as transformações do capitalismo na primeira metade do século XX, entre elas o processo de concentração econômica e de intensa mecanização do processo de trabalho, seriam acompanhadas por uma mudança estrutural no lugar ocupado pela classe trabalhadora e pela burocratização de suas organizações. Assim, a consciência dos trabalhadores estaria muito mais próxima de seus antagonistas burgueses do que a teoria marxista supunha no século XIX. Com base nisso, os partidos de origem operária estariam muito mais interessados em sua própria consolidação nas instituições políticas do que em efetivar uma mudança social radical, contribuindo para a construção de um grande consenso social.

A partir desse arcabouço teórico, pretendo trabalhar com a hipótese de que o Partido dos Trabalhadores representaria as vicissitudes e contradições da inserção da própria classe trabalhadora no Brasil. Há dois traços principais que caracterizam as mudanças no PT, ao menos para uma parte considerável da literatura especializada. O primeiro diz respeito à aceitação pelo partido das regras impostas pelo sistema político brasileiro para que fosse possível a conquista e a manutenção do poder. O segundo aspecto se refere ao modo como as lideranças do partido sofreram um processo de “transformismo”, para usar o termo gramsciano, na medida em que optaram por fazer alianças com as elites sociais e políticas, promovendo mudanças para as classes subalternas ao preço da manutenção do estatuto das relações de classe no Brasil. Certamente, esses são duas características importantes a serem levados em conta, mas a análise sugerida por mim procura não se restringir a elas. A exemplo da socialdemocracia europeia em geral, e da alemã em particular, o Partido dos Trabalhadores seria uma das maneiras com que classe trabalhadora estaria se integrando ao capitalismo brasileiro, tanto no conjunto de nossa sociedade, quanto nas instituições políticas.

A integração da classe trabalhadora no Brasil patrocinada pelo PT: entre a permanência da desigualdade e os “anseios reformistas”

Nesse sentido, pareceu-me interessante pensar que as “Jornadas de Junho”, como ficaram conhecidos os protestos que se espalharam por todo o país em junho de 2013, seriam um momento em que uma nova classe trabalhadora, distante da integração amparada pelo Partido dos Trabalhadores, havia entrado em cena, dando início a um

momento de indeterminação nas relações de classe no país. Ou melhor, os eventos daquele ano teriam mostrado como pode haver duas frações da classe brasileira. Embora numericamente bastante diferentes, já que a parcela dos trabalhadores que se juntaram aos movimentos que contestaram as tarifas e a qualidade do transporte público (mote inicial dos protestos) é bastante pequena quando comparada aos trabalhadores em geral, essas duas frações de classe representariam perspectivas diferentes em relação ao problema da integração. Para entender isso, é preciso antes fazer algumas considerações a respeito das mudanças estruturais da classe trabalhadora na sociedade brasileira e sua relação com o PT, além do significado mais preciso a respeito da integração dos trabalhadores ao capitalismo brasileiro.

Como é bastante ressaltado, a fração majoritária da classe trabalhadora no Brasil passou a apoiar com mais força os governos do PT depois da eleição de Lula. A associação entre os dois fenômenos, ou ainda, a aliança entre os estratos mais pobres da população brasileira e a vitória do Partido dos Trabalhadores na eleição para presidente em 2002 chamou a atenção de diversos analistas, especialmente a partir da reeleição de Lula em 2006, momento em que a campanha eleitoral exacerba a divisão entre ricos e pobres no país. A partir desta eleição, termos diferentes foram mobilizados para se compreender a relação da camada mais empobrecida dos trabalhadores com a liderança exercida por Lula. Conceitos como “subproletariado”, “nova classe média”, “batalhadores” / “ralé” e “precariado” foram trazidos à baila para entender o peso político crescente que esta camada da classe trabalhadora adquiria na vida social brasileira.² Mesmo os críticos mais à esquerda do PT reconhecem que seus governos no início deste século promoveram uma melhora no nível de vida dos mais pobres.

Em minha opinião, esse debate a respeito da mobilidade social no Brasil contemporâneo e as políticas governamentais implementadas pelo partido de Lula permite que a questão da integração dos trabalhadores no país seja posta, tendo sempre em vista a comparação com a trajetória da socialdemocracia europeia e a constituição do *welfare state*. Desta forma, a atuação do PT em relação às políticas de mobilidade e ascensão social, tais como o Bolsa Família e a elevação constante do salário mínimo, tiveram como modelo uma forma de atuar da esquerda organizada europeia, muito embora deva-se questionar até que ponto a esquerda brasileira foi efetivamente capaz de

² Entre os autores que desenvolvem considerações sobre a mudança na estrutura social brasileira e as transformações no caráter da classe trabalhadora estão André Singer (2012), Ruy Braga (2012), Marcio Pochmann (2014), Armando Boito (2012) e Jessé Souza (2012).

implantar um sistema de proteção da classe trabalhadora, tal qual implementado no período do pós-guerra nos países da Europa ocidental. Tendo em vista a gigantesca desigualdade social que marca a sociedade brasileira até os dias de hoje, o PT tentou lograr uma política de governo que protegesse a classe trabalhadora dos riscos inerentes à condição proletária, além, é claro, de tornar a “relação salarial” um aspecto dominante de nossa sociedade.

Também serve de inspiração aqui a análise feita por Peter Lösche (2013) a respeito da trajetória da socialdemocracia alemã. Para o autor, as mudanças na estrutura de classe da Alemanha, sobretudo na classe trabalhadora, e as transformações da socialdemocracia estão intrinsecamente ligadas. Ao mesmo tempo em que o SPD (*Sozialdemokratische Partei Deutschlands*) se transforma paulatinamente de um partido classista em um partido popular, houve um significativo processo de “desproletarização” da classe trabalhadora, aproximando-a por vezes das tradicionais camadas médias da sociedade alemã. Nesse sentido, e em oposição às teorias que veem nas transformações dos partidos operários um simples ato subjetivo ou de vontade, as transformações sociais teriam impellido a socialdemocracia a sair de suas bases sólidas e afirmadas em um tradicional operariado. Nem mesmo os simples esforços em transformar sua organização e mobilização social seriam suficientes para entender os rumos que o partido tomou. Para o autor, é preciso levar em conta também como as transformações sociais convergiram para que as mudanças no caráter do SPD se efetivassem. Embora o partido já tivesse apontado para um alargamento de sua base social e para a ampliação de sua fatia do eleitorado, o caráter reformista do partido só pode se efetivar graças à pressão modernizadora que a sociedade alemã sofreu no pós-guerra, em especial com o desenvolvimento de um Estado de bem-estar social.

Não deixa de ser sintomático que uma comparação entre os destinos da socialdemocracia alemã e o Partido dos Trabalhadores esteja envolta no debate sobre as transformações da estrutura social brasileira. Enquanto alguns autores afirmam a existência de uma nova classe média, outros atribuem ao aumento da renda e do consumo de camadas mais pobres do Brasil à reorganização da classe trabalhadora no Brasil, ou ainda, à incorporação de seus setores mais empobrecidos e carentes dos direitos mais básicos. Nesse sentido, a hipótese mais geral que norteia este texto é que as transformações do PT só podem ser entendidas dentro desse quadro maior, ao mesmo tempo em que o partido é um dos artífices dessa mudança – a exemplo do que ocorreu com o SPD nas três décadas que se seguiram a 1945. No centro dessa transformação

estão as alterações no caráter da classe trabalhadora. Ou ainda, embora localizados em sociedades temporalmente e estruturalmente distintas tanto PT quanto SPD corresponderiam a uma maneira encontrada pelas principais organizações políticas da classe trabalhadora, tendo em vista as diferentes circunstâncias históricas e sociais, para consolidar a força de trabalho no capitalismo, buscando protegê-la dos riscos que a condição de classe impõe, como o desemprego e a miséria, sem que o antagonismo básico entre capital e trabalho fosse questionado – isso a favor de um capitalismo concertado, em que a maior parte da sociedade pudesse sair ganhando.

Nesse sentido, o PT, forma mais avançada de organização política da classe trabalhadora no Brasil, se constitui como uma versão “tardia” da socialdemocracia, tendo em vista o caráter retardatário da sociedade brasileira e a necessidade de que a força de trabalho seja inserida no mercado e regulamentada, especialmente por meio das políticas sociais – o esforço para integrar a massa de trabalhadores sem direitos e garantias sociais, o subproletariado, iria nesse sentido. As transformações do PT podem ser entendidas, então, de acordo com a consolidação desse projeto ao mesmo tempo em que se assentam nas mudanças sociais brasileiras. Haveria uma confluência entre os dois processos que ajudaria a explicar aquelas transformações. Pode-se dizer que o PT responde às mudanças do capitalismo e das classes sociais em transição, à semelhança do que ocorreu na Europa. Porém, é preciso enfatizar que a comparação se dá na chave do descompasso histórico tão característico da sociedade brasileira – se a evolução histórica do Brasil e de outros países sempre teve como sombra o percurso dos países mais avançados, é possível pensar algo semelhante em relação a um partido político. A comparação com um caso paradigmático de partido político (de origem operária) que muda suas feições de acordo com a evolução da estrutura social e, mais especificamente, das transformações da inserção da classe trabalhadora no capitalismo, serviria para destacar aquilo que é reconhecido por muitos analistas, a singularidade do Partido dos Trabalhadores.

Por um lado, seu projeto de transformação social encontra respaldo naquilo que poderíamos chamar de um “anseio reformista” por parte dos trabalhadores brasileiros, não apenas em sua fração mais organizada, em sindicatos e partidos políticos, mas sobretudo pela maioria pobre e miserável. Esse desejo seria legítimo, uma vez que a desigualdade entre as classes sociais no Brasil não só é gritante – basta ver que em todos os índices de desigualdade o Brasil desponta como um dos campeões, embora seu desenvolvimento econômico esteja bem à frente dos países que figuram ao seu lado nas

estatísticas – como também é um traço persistente, já que vem desde o período colonial, atravessando de forma persistente todo o desenvolvimento do capitalismo por essas terras. Em vista da perenidade e perversidade do problema, não seria mero acaso a constituição de um *éthos* reformista de grande parcela da classe trabalhadora brasileira. Os momentos em que os mais pobres no Brasil foram alçados à arena política estiveram ligados à ação do Estado liderada por figuras populares, como Getúlio Vargas, João Goulart e, mais recentemente, Lula.³

Pode ser útil aqui lembrar o argumento desenvolvido pelo historiador Lincoln Secco (2013) a respeito da suposta desorganização dos mais pobres no Brasil. Ao contrário do que o senso comum advoga, inclusive na esquerda, os mais pobres não atuam politicamente de forma desorganizada, mas apenas de uma maneira diversa em relação aos projetos tradicionais da esquerda. Na medida em que suas condições de vida são marcadas pela incerteza quanto ao dia de amanhã, essa parcela da classe trabalhadora encontra na ação do Estado o impulso para a mudança – ainda que, ressalva o autor, essa defesa da ação estatal se confunda frequentemente com a defesa da ordem social. Haveria, portanto, uma espécie de sinergia entre, de um lado, a popularização do PT e a moderação de seu discurso, e, de outro, a conscientização da parcela mais pobre da classe trabalhadora. A base social de Lula não seria nem passiva e simplesmente manipulada pelo líder, muito menos conservadora ou desorganizada.

Desde suas origens, o PT tinha como projeto a proteção dessa classe trabalhadora por meio da ação do Estado, ou ainda, a conquista do Estado como fator fundamental para implementar reformas estruturais do capitalismo brasileiro, por meio das quais seria possível uma redistribuição de renda mais favorável aos estratos

³ Minha inspiração aqui é análise feita por Valério Arcary em seu livro *Um Reformismo quase sem Reformas* (2014), especialmente seu prefácio, no qual autor diz que o lulismo se apoia nas “ilusões reformistas” bastante presentes na consciência média dos trabalhadores brasileiros. Tais ilusões, ainda de acordo com o autor, repousariam em um repertório insuficiente da experiência dos trabalhadores com os limites de uma colaboração de classe. A partir dessas observações, caberia analisar em que medida a classe trabalhadora brasileira se encontraria, desde os anos 1930, à sombra do Estado e suas políticas públicas, de redistribuição de renda e de proteção ao trabalho – o que não deixa de trazer inúmeros paralelos com a tradição da esquerda na Europa ocidental na época do fordismo. Certamente, não há dúvidas de que as medidas de proteção social nunca se ampliaram à totalidade da classe trabalhadora, o que sequer ocorreu no modelo fordista clássico. Mas é preciso levar em conta também o nível absurdo de desigualdade social em nosso país, que resulta em um verdadeiro *apartheid* entre classes integradas ao funcionamento do capitalismo e uma extensa ralé, para usar os termos de Jessé Souza. Essa exclusão social alimentaria ainda mais as esperanças de uma possível integração por meio do Estado, especialmente se pensarmos no tipo de política “populista” que procurou “resolver” essa forma de antagonismo social.

empobrecidos dos trabalhadores brasileiros.⁴ Certamente não é possível esquecer as vertentes mais radicais e à esquerda dos núcleos dirigentes. Contudo, elas foram paulatinamente sendo deixadas em segundo plano na organização interna do partido, até que algumas delas foram ao cabo expulsas.

Nesse sentido, as transformações pelas quais passou o PT em sua trajetória devem explicadas por um processo objetivo maior, a “necessidade” de integração dos trabalhadores no país. Isso permite que nos afastemos da visão corrente nas alas críticas da esquerda brasileira segundo a qual o PT passaria por um amplo processo de “transformismo”, e que se baseia na ideia de que as lideranças do PT passaram por uma mudança em seu caráter de classe, transformando-se paulatinamente de trabalhadores em pequenos burgueses, gestores ou até mesmo fazendo parte de uma nova elite política e social. Em minha opinião, essa visão não apenas limita as transformações do PT às da sua cúpula, tornando secundária a relação com suas bases sociais, mas também trata essa relação da mesma forma como aqueles a quem pretende criticar. Em vez de observar a autonomia com que a classe pensa e age, essa perspectiva continua a tratar os trabalhadores de maneira passiva e essencialista.

Tudo se passa como se a classe trabalhadora no Brasil, assim como no resto do mundo, fosse essencialmente revolucionária e moralmente justa, sem que seus traços constituídos na história sejam levados em conta. Para que esse caráter fosse “ativado”, bastaria que houvesse uma liderança adequada, que a despertasse “de fato” para as contradições sociais e sua “real” consciência de classe. Passada toda a experiência organizatória dos trabalhadores e dos partidos a eles vinculados, sejam eles socialdemocratas, socialistas e comunistas, permanece a concepção de que é preciso guiar as massas. Isso explicaria também porque as ideias de “traição” das lideranças ainda encontram respaldo. Na verdade, seria preciso mostrar que essa visão constitui apenas o inverso daquilo que supostamente é criticado. Ainda que a explicação pelo transformismo possua um caráter mais sofisticado do que a simples imputação de um “pecado moral”, já que procura enraizar as mudanças das lideranças em sua passagem de uma classe a outra, a questão acerca da autonomia da classe trabalhadora permanece obscura, assim como de sua inserção e história dentro do capitalismo brasileiro, isto é, de suas transformações objetivas.

⁴ A respeito do papel que o Estado ocupa nas formulações teóricas e ações do partido, cf. o texto de Paulo Henrique Martinez (2007).

Por outro lado, não se pode deixar de mencionar e analisar as mudanças sofridas pelo PT, que se tornou o principal partido operário e de esquerda no Brasil (e talvez o partido político mais importante de nossa história). É inegável o fato de que o Partido dos Trabalhadores perdeu seus traços radicais originários, transformando-se em um gestor privilegiado do capitalismo brasileiro. Além disso, também não se pode deixar de pensar que a atuação do PT ao longo de sua história, sobretudo na última década, contribuiu decisivamente para a desmobilização da classe trabalhadora, justamente por conta dessa passagem à gestão dos conflitos sociais.⁵ Dessa forma, é preciso compreender em que medida o partido incorporou paulatinamente a lógica capitalista, adotando uma atitude cada vez mais conciliatória em relação aos conflitos sociais brasileiros – e conciliatória também com as classes dominantes do país.

Essa lógica da conciliação, traço da ação dos sindicatos no Brasil, mesmo em sua vertente mais combativa nos anos 1970, pode explicar o fracasso das políticas de inclusão social dos governos do PT. Se a intenção dessas administrações era eliminar a miséria e elevar a condição de vida de milhares de trabalhadores pobres, garantindo a eles um mínimo de condições para reproduzir sua força de trabalho de maneira normalizada – como a ampliação da cobertura da previdência social, a correção anual do valor salário mínimo de acordo com a inflação e programas de habitação popular – ela teria de fracassar necessariamente dados limites impostos não só pelas relações de classe no Brasil, mas também no interior do sistema político.

É bastante conhecido o conservadorismo de nossas burguesias, que preferem o contínuo rebaixamento da força de trabalho brasileira à possibilidade de elevar seus lucros por meio de uma maior produtividade do trabalho. Se essa fosse a opção seguida pela maior parte das classes dominantes, seria necessário que o Brasil passasse de um regime de acumulação centrado na mais-valia absoluta para outro dominado pela mais-

⁵ Os traços do PT como articulador de uma esquerda “progressista”, que se voltou ao desenvolvimento das forças produtivas – aspecto que, segundo Álvaro Bianchi (2001), já se fazia presente na atuação do PCB no pós-guerra, e que seria retomado por seu sucessor na liderança dos partidos operários no Brasil – podem ser notados com mais força no momento em que o partido de Lula, com o objetivo de solidificar a “relação salarial” no país, procurou incorporar praticamente todas organizações populares ao governo. Paulo Arantes (2015) formula o problema da seguinte maneira: “Como a construção da sociedade brasileira do trabalho, que Getúlio Vargas empreendera na forma de uma ‘cidadania regulada’, na frase famosa de Wanderley Guilherme, fora definitivamente arquivada, inclusive como sonho ou utopia, como vimos na análise de Adalberto Cardoso, pensando restaurá-la, o lulismo simplesmente forjou uma outra cidadania sucedânea, e não menos eficiente em suas funções estabilizadoras e de legitimação da desigualdade, que poderíamos chamar de *cidadania cadastrada*. [...] No lugar do trabalhador, seu ofício e o correspondente beneficiário, o reconhecimento pela inclusão num cadastro, que não é arquivo morto, mas precisa ser movimentado sem parar. O cadastro, escancarado ou não, é o principal dispositivo de governos desde que o capitalismo se tornou um sistema para poucos”.

valia relativa. Em linhas gerais isso foi a característica crucial regulação fordista e keynesiana nos países de capitalismo avançado, patrocinadas por grande parte dos partidos operários.⁶ Mas isso, é claro, demandaria um esforço de “construção nacional” para o qual a maior parte de nossas burguesias não parece estar disposta, a começar pelo desenvolvimento de um parque industrial com tecnologia própria e avançada.

Por outro lado, e o sucesso de um programa de transferência de renda como o Bolsa Família não o desmente, o PT seguiu mais ou menos um receituário oferecido pelas grandes organizações financeiras internacionais. Não por acaso, o governo Lula foi visto como um exemplo mundial de combate à pobreza. A esquerda brasileira, em geral, passou a festejar a redução da desigualdade social e a elevação do padrão de vida dos trabalhadores mais pobres sem perceber que não foi a pobreza em geral da classe trabalhadora que foi combatida, mas apenas a de seu extrato mais inferior. Assim, o nível de superexploração da força de trabalho brasileira permaneceu como um dado inalterado.⁷ Para que o passo adiante fosse tomado, isto é, para que as posições do trabalho no Brasil tivessem sua existência garantida e regulada pelo aparato estatal, seria necessário o confronto com muitas frações das classes dominantes no Brasil, que preferem garantir seus lucros por meio do rebaixamento da força de trabalho do que um maior investimento no aumento da produtividade do trabalhador brasileiro. A explicação para isso, a meu ver, tem de passar pelo fato de que o tipo de ação política na qual se baseia o PT, de conciliação dos conflitos e de conciliação entre as classes, se refere diretamente ao projeto de parcela da classe trabalhadora no Brasil na transição da ditadura para a redemocratização. Uma de seus principais traços se refere ao fato de que a negociação com os representantes do capital foi quase sempre preferida ao confronto direto.⁸

Talvez seja possível dizer que o “projeto” de uma fração da classe trabalhadora brasileira, representada pelos trabalhadores industriais organizados (e que alcançou seu

⁶ Sem dúvida, não é possível esquecer que a grande coalização entre trabalho e capital nos “trinta anos gloriosos” foi fruto da luta e das reivindicações da classe trabalhadora organizada, sobretudo após a barbárie e a catástrofe das duas guerras mundiais. Mas isso não torna inválida a constatação de que o preço a ser pago pela elevação do padrão de vida dos trabalhadores e a acomodação dos conflitos de classe foi, e continua sendo, a perda de seu potencial negativo diante das relações sociais capitalistas. A questão no Brasil parece ser ainda mais grave, uma vez que nunca atingimos aquele padrão de regulação. Ou melhor, dada a gravidade da desigualdade social, essa tarefa ganha ares quase revolucionários.

⁷ A respeito disso, cf. o texto de Carlos Eduardo Martins (2014).

⁸ Evidentemente não se pode esquecer do caráter agudo das lutas dos trabalhadores no final dos anos 1970 contra a política de arrocho salarial levada pela ditadura. É certo que elas confrontaram o poder do capital, inclusive em sua forma mais repressiva. Contudo, um dos objetivos daquelas lutas era justamente restabelecer a importância dos sindicatos, sem que a própria existência das relações sociais capitalistas fosse colocada em xeque.

ápice com as greves dos anos 1970 e a luta contra a ditadura), tenha encontrado respaldo no restante da classe trabalhadora décadas mais tarde, sobretudo em sua parcela mais empobrecida e desorganizada, que passou a apoiar o PT e Lula após a primeira década de 2000. Isso ajudaria a explicar o fenômeno que Secco tem em vista, o encontro entre as demandas das camadas mais empobrecidas da classe trabalhadora brasileira e o PT, que se tornou mais popular com o passar dos anos.⁹

Marcio Pochmann afirma algo semelhante a respeito da vitória daquilo que ele chama de “projeto social-desenvolvimentista”, embora em chave distinta da utilizada neste trabalho. De acordo com o economista brasileiro, o fortalecimento do novo sindicalismo no final dos anos 1970 teria favorecido “a constituição de uma agenda mais ampla do desenvolvimento vinculada ao conjunto dos trabalhadores rurais e urbanos” (POCHMANN, 2014, p. 62). Não só o regime militar teve sua autoridade enfraquecida perante os diversos protestos que ocorreram a partir do ABC paulista. Eles também foram decisivos para que as relações de trabalho tivessem importantes modificações a partir de então, com o avanço das greves, do sindicalismo e dos acordos coletivos de trabalho. A pauta das reivindicações desses trabalhadores industriais sindicalizados tomou feições cada vez mais amplas, conseguindo transformar-se em um anseio de caráter nacional, já que a luta sindical espalhou por todo o país. O novo sindicalismo teria se convertido então em ator nacional e pautas antes vinculadas apenas àquela vanguarda operária, como reposição salarial frente à inflação e a necessidade de que os direitos sociais e trabalhistas avançassem, conquistaram parcelas mais amplas dos trabalhadores brasileiros. Aos poucos, a agenda do novo sindicalismo também passaria a fazer parte dos programas de partidos políticos de esquerda – entre eles, não apenas o PT, que nasceu em parte como fruto das lutas sindicais do fim dos anos 1970, mas também de outros partidos que se identificavam com o trabalhismo, como o PDT de Leonel Brizola. No entanto, ela só seria efetivada após o fim dos governos neoliberais, com a eleição de Lula à presidência.¹⁰ “A derrota do neoliberalismo nas

⁹ André Singer (2012) afirma, por exemplo, que o a história do PT poderia ser dividida em duas fases: a primeira iria desde suas origens, no fim da ditadura, até a eleição de Lula à presidência, enquanto a segunda estaria marcada por uma aceitação maior da ordem social brasileira e correria até os dias de hoje. Enquanto nesta fase atual o PT conseguiu se aproximar e conquistar de fato o apoio eleitoral dos mais pobres, o que não acontecia até a vitória de Lula, o partido se caracterizava antes por estar enraizado em uma classe média “esclarecida”. Conforme o partido conquistava o apoio das camadas mais populares, a classe média deixava de votar em nos representante do PT.

¹⁰ É claro, cabe ressaltar até que ponto os governos federais sob regência do PT não trariam também a marca do neoliberalismo. Para a esquerda mais crítica ao andamento desses governos, isso parece um dado óbvio. Mas mesmo autores vinculados ao PT admitem que os governos de Dilma e Lula seriam versões alternativas do neoliberalismo, e não seus antagonistas radicais, ou, como afirmou Secco (2013,

eleições presidenciais de 2002 abriu caminho para a implementação da agenda do novo sindicalismo associada à difusão do padrão de consumo de massa e ao desenvolvimento do Estado de bem-estar social. Para isso, a busca pelo pleno emprego e o combate à pobreza e à desigualdade de renda se mostraram estratégicos” (Ibidem, p. 66).

A aliança e identificação das camadas dos trabalhadores mais pobres também pode ser explicada a partir da relação que Álvaro Bianchi (2001) estabelece entre os programas do Partido dos Trabalhadores e os traços que caracterizaram a ação do novo sindicalismo. Para este autor, as lutas dos trabalhadores sindicalizados no final da ditadura seriam caracterizadas por um “classismo espontâneo” (ou “prático”), que agregaria os interesses econômicos mais imediatos da classe. O PT nasceria justamente desse classismo, elevando-o à política nacional. O traço mais saliente dessa perspectiva política diria respeito à ausência de um programa ou de uma estratégia política teoricamente estruturada, referendada em uma “visão de mundo”. Isso explicaria não apenas a ênfase em melhorias imediatas da condição de vida dos trabalhadores, mas também estaria na origem dos programas democrático-populares que passariam a ser cada vez mais a marca do Partido dos Trabalhadores, com ênfase especial na formação de alianças com grupos sociais progressistas, interessados nos desenvolvimento da nação. Isso teria implicações profundas para as ações políticas dos trabalhadores do país, que nunca conseguiram ultrapassar esse estágio do classismo prático.¹¹

Em minha opinião, contudo, o recurso a programas populares do partido seria explicado justamente por estar enraizado nesse imediatismo de classe. Assim, não faria muito sentido pensar em uma evolução das posições do PT, sobretudo em datas de ruptura com as alas “rebeldes” e mais à esquerda, já que a defesa da inserção da classe trabalhadora marcava presença desde as origens do partido, ou ainda, faz parte de suas próprias bases sociais e eleitorais. Reconheço que a análise do “transformismo” é um aspecto importante para a compreensão não apenas da evolução do PT, mas também de uma parcela, ainda que bastante pequena, da classe trabalhadora, que se transformou de um braço do sindicalismo em gestores do Estado e de fundos de pensão (OLIVEIRA, 2003). No entanto, como procurei mostrar anteriormente, esse tipo de análise dá conta

p. 179), o PT que chegou ao governo federal “optou por manter-se como oposição interna ao neoliberalismo”.

¹¹ A respeito da noção de “classismo prático”, cf. o trabalho de Ruy Braga, *A Política do Precariado* (2012), livro no qual o autor examina com maiores detalhes o tipo de ação político exercida pelos trabalhadores brasileiros ao final da década de 1970 e suas consequências futuras, especialmente em contradição com a fatia mais jovem da classe trabalhadora, examinada a partir de estudos sobre o trabalho do *telemarketing*.

apenas de um traço da evolução histórica mais recente do Brasil, deixando de lado possíveis mudanças no perfil da classe trabalhadora.

É nesse sentido que se dirigem muitos autores no debate a respeito de uma “nova classe média” ou “nova classe trabalhadora”. No fundo, trata-se de entender como e se de fato ocorreu uma ascensão social por parte de um largo contingente da população brasileira. Esse debate é importante não apenas porque mostra em que medida essa ascensão de parcela da classe trabalhadora está ligada ou não ao Partido dos Trabalhadores, enquanto sua possível base social e eleitoral. Ela serve para mostrar também como os “sonhos reformistas”, traduzidos hoje em dia pelo desejo em consumir, estariam enraizados nessa parcela da classe trabalhadora. Nesse sentido, ao perguntar sobre sua relação com o PT, estou tentando na verdade pensar em que medida a questão da “integração” da classe trabalhadora se coloca no Brasil e se é possível falar desse assunto.

Junho de 2013: integração e ruptura

Mas o que se pode dizer a respeito da relação entre os protestos de junho de 2013 e a classe trabalhadora? Se levarmos a sério a hipótese de que as jornadas de junho representam não apenas os limites das políticas de inclusão social executadas pelos governos do PT, mas também um momento de virada histórica no Brasil, talvez tenhamos um ponto de partida. A hipótese aqui é não apenas o projeto econômico e social implementado pelo PT esteja mostrando suas limitações. Mais do que isso, estaríamos vivendo uma verdadeira encruzilhada histórica no país, ou melhor, estaríamos diante de uma encruzilhada do próprio capitalismo no Brasil. Ou o país, liderado pelo PT e as assim chamadas burguesias nacionais, dá um salto qualitativo em termos capitalistas, o que significa dizer que o país deve deixar sua condição de “sócio menor” do imperialismo e alcançar um patamar superior, lançando o Brasil de vez em uma regulação da mais-valia relativa – o que significaria também deixar de superexplorar a mão-de-obra e atingir patamares “superiores” da regulação capitalista. Ou permanecemos diante da reprodução da extrema desigualdade que nos caracteriza.¹²

¹² Na verdade, tenho a sensação de que estamos apenas revivendo um conflito que remete a 50 anos atrás e que foi interrompido pelo golpe civil-militar. Não por acaso, os últimos três presidentes fizeram parte da luta contra a ditadura. Portanto, nada de muito novo se apresentou em termos de projeto de capitalismo no Brasil depois do fim do regime autoritário. O fantasma de um embate entre as forças liberais e o nacional-desenvolvimentismo parece assolar ainda a cabeça de muitos agentes históricos, em especial de grande

Nesse ínterim, ou por causa mesmo dessa encruzilhada, é que surgiu um raio em céu azul, que como tal durou pouco tempo, mas apontou para a possibilidade de uma renovação não só em termos de organização da classe trabalhadora no país, mas também para uma reformulação geral da esquerda brasileira. As jornadas de junho talvez tenham representado isso, sobretudo em seus momentos mais radicais, isto é, nos primeiros protestos: um breve momento de aliança entre os esparsos movimentos anticapitalistas que surgem no final do século XX e a “novíssima” classe trabalhadora, representada por uma parcela mais jovem.

Se seguirmos a análise de Ruy Braga (2013) a respeito do que ele chama de “precariado”, podemos ter uma noção da constituição dessa nova classe trabalhadora. Partindo de uma análise dos processos de trabalho envolvidos no *telemarketing*, o autor sugere que os trabalhadores aí empregados, em sua maioria jovens pobres e da periferia das grandes cidades, constituiriam essa parcela mais nova da classe trabalhadora brasileira. Essa vertente do “precariado”, conceito com o qual descreve a imensa fatia de trabalhadores que vivem sob a miséria e o constante risco social, seria uma “massa formada por trabalhadores desqualificados e semiqualeificados que entram e saem rapidamente do mercado de trabalho, por jovens à procura do primeiro emprego, por trabalhadores recém-saídos da informalidade e por trabalhadores sub-remunerados”. Compartilhando uma análise comum a respeito do caráter dos protestos de 2013, Braga afirma que essas rebeliões urbanas estariam centradas na efetivação e ampliação dos direitos sociais, marca da mobilização do precariado desde os anos 1950. Ou seja, elas seguiriam mais ou menos aquele padrão de “classismo prático” já apontado por Bianchi em sua análise comparativa a respeito das trajetórias do PCB e do PT. A ação do precariado mais jovem constituiria, então, uma resposta às políticas governamentais colocadas em prática pelos governos do PT, uma vez que, a despeito da aparente mobilidade social promovida e do aumento de renda das camadas mais empobrecidas, não foi efetivada uma ampliação dos direitos sociais dos trabalhadores. Isso não deixaria de ser uma contradição, pois tanto o PT quanto o seu braço sindical, a CUT, “descendem diretamente da habilidade do proletariado precarizado brasileiro de

parte da esquerda organizada. De forma bastante sintética, ainda vivemos como se estivéssemos às vésperas do golpe de 1964, momento no qual os trabalhadores colocavam enorme pressão sobre o Estado para que o uso de força de trabalho fosse regulamentado, terminando, de certa maneira, a obra iniciada por Getúlio Vargas na década de 1930. Daí que seja possível entender não só porque foi necessária a intervenção militar diante do risco de esgarçamento do tecido social brasileiro, mas também porque surgiram diversos paralelos entre o varguismo e o lulismo. Não é mero acaso também que o “debate ideológico” no país seja travado em termos como “progressismo” e “onda conservadora”.

transitar muito rápido da aparente acomodação política à intensa reivindicação por direitos” (BRAGA, 2013, p. 144). Seria justamente aquela massa de trabalhadores jovens que estaria manifestando nas ruas sua insatisfação com o atual modelo de desenvolvimento.

André Singer (2013) comunga das teses de Ruy Braga a respeito desse “novo proletariado” formado por jovens e jovens adultos que entraram no mercado de trabalho na última década e chegaram recentemente, portanto, à condição proletária.¹³ Mas para ele essa parcela mais jovem dos trabalhadores brasileiros pode tanto se fundir com o setor organizado da classe, o “velho proletariado” representado pelos sindicatos e partidos, quanto desvincular-se dele, partindo para formas novas e próprias de comportamento político. Uma vez que o lulismo não se traduz em um programa de enfrentamento com o capital, a experiência espontânea de politização do novo

¹³ É bem verdade que as teses de Singer entram em contradição com as de Braga justamente pela diferença conceitual entre ambos. Como eles mesmos afirmam, essas diferenças seriam de importância menor para o que interessa, no caso, a descrição e análise dessa parcela mais jovem da força de trabalho. Contudo, isso não significa que não existam dificuldades em que ambas análises incorram. A mais importante delas, a meu ver, é que a identificação entre certa configuração de classe e tipos de ação e organização política, o que ocorre tanto na distinção que Singer opera entre “proletariado” e “subproletariado”, quanto no vínculo que Braga estabelece entre o “precariado” e o “classismo prático”. No primeiro caso, parece haver uma identificação do conceito de “proletariado” utilizado e a configuração histórica da classe operária fordista, sobretudo em sua fatia europeia, que representaria não apenas um modelo de ação política, com a conquista da instituição do *welfare state*, mas do próprio vínculo com a acumulação do capital, uma vez que a reprodução de sua força de trabalho se daria por valores “normalizados”. O contrário se daria, *grosso modo*, com o subproletariado, que tem de vender sua força de trabalho por um valor abaixo do normal – o que constituiria um caso exemplar de superexploração. Em função disso, o subproletariado seria incapaz de se organizar enquanto classe, adotando uma identificação com a ordem e com o Estado, impossibilitando uma radicalização maior. Em contraposição, o proletariado (à imagem e semelhança do operariado europeu de meados de século XX, pois foi ele quem conseguiu, ainda que breve período de tempo, a regulação de sua força de trabalho) seria justamente capaz desse tipo de ação. O problema é que Singer não observa em que medida esse modelo não se pautou pelo confronto com a ordem, mas justamente por sua adaptação a ela. Por que o “proletariado” deve estar necessariamente ligado ao confronto com a ordem? Por sua vez, Braga padece de um problema semelhante, pois o grau de radicalização das classes trabalhadoras poderia ser aferido a partir do número de greves, tomando a ação sindical como o índice de conscientização e afastamento do simples “classismo prático”. Dessa maneira, se no primeiro caso a identificação entre organização e ação política de classe é tomada a partir de um exemplo histórico, bastante limitado por sinal, no segundo a radicalização política é aferida por um tipo de organização que raras vezes ultrapassou a integração à ordem social. Se levarmos esses aspectos ao limite, é possível dizer que ambas as análises encontram seu limite ao tentar explicar o caráter “fraco” do reformismo dos governos do PT. O cerne da questão parece estar na relação entre o “novo sindicalismo” e esse tipo de reformismo que se tentou no início do século XX no Brasil. Ao contrário do que se pode pensar, especialmente a partir do confronto da classe trabalhadora organizada contra o rebaixamento e a superexploração da força de trabalho no fim da década de 1970, a atuação dos trabalhadores sindicalizados, tanto naquele período como hoje, quase sempre se caracterizou pela conciliação dos conflitos sociais. As análises críticas a respeito da atuação do Partido dos Trabalhadores deveriam então aferir como essa conciliação característica de parte da classe trabalhadora brasileira pôde se tornar um modelo generalizado de resolução de conflitos. Por si só, as ações sindicais e greves não constituem um indicador da radicalidade da classe, ainda que possa mostrar em que nível se encontra o conflito entre capital e trabalho.

proletariado talvez não encontre correspondência no plano da luta sindical e partidária, levando a outro tipo de engajamento.

Nesse sentido, aquela breve “aliança” representou um obstáculo e um risco às políticas de integração levadas a cabo pelo PT. Não por acaso, a reação do partido se deu em dois momentos. O primeiro foi de espanto e incredulidade perante a velocidade dos acontecimentos e de uma esquerda que estava fora do controle do Partido dos Trabalhadores – o que também não deixou de representar uma espécie de audácia juvenil. Afinal, como foi possível que essa parcela ressurgisse justamente no momento em que os assim chamados governos progressistas estavam em seu auge? O segundo momento representou a resposta do PT: seria preciso novamente trazer essas alas, da esquerda e dos trabalhadores, novamente sob a égide da principal organização política do país. Esses dois momentos se traduziram na ação do atual prefeito da cidade de São Paulo. Num primeiro instante, afirmou-se a irrevogabilidade do aumento das tarifas do transporte público na cidade, acusando-se a extrema esquerda de “fazer o jogo” da direita. Depois disso, tendo em vista que os movimentos que foram às ruas conquistaram apoio popular, o aumento é revogado – embora um ano depois ele tenha sido implementado novamente – e o diálogo é aberto – ou melhor, procura-se passar a imagem de que é preciso dialogar e unir-se a favor do desenvolvimento da nação.

É claro, conforme os protestos ganharam notoriedade e apoio da opinião pública, eles foram perdendo seu caráter original. Ao mesmo tempo em que a revogação do aumento das passagens de ônibus e metrô deixam de ser a pauta principal das manifestações, abrindo espaço para reivindicações por mais segurança, educação e saúde, assim como contra a corrupção, setores da classe média urbana saem às ruas, como há muito tempo não se via. Atualmente, os protestos de rua contra o governo federal são liderados por movimentos de caráter (pequeno) burguês.

A partir de junho de 2013 abriu-se um movimento de indeterminação na sociedade brasileira e que diz respeito àquela encruzilhada que mencionamos acima. Não só é um momento de indeterminação no capitalismo brasileiro, mas é também um momento de incertezas para a esquerda e os trabalhadores organizados. Sem dúvida, como toda ocasião em que o horizonte de decisões se mostra de forma nebulosa, a situação social no Brasil se traduz em uma crise.¹⁴ Mas também é preciso dizer que as

¹⁴ Aliás, não deixa de ser sintomático que a estrutura da “proteção social” que teria sido montada pelos governos do PT sofresse uma derrota com a crise dos últimos anos, ainda que inicialmente a crise econômica não fosse tão ruim, agravando-se somente com a crise política que se instaurou.

jornadas de junho não foram apenas o estopim dessa crise. Para além disso, junho de 2013 também mostrou que o conflito e o antagonismo social voltaram à superfície da sociedade brasileira – não no sentido que se costuma dar à questão, isto é, de que a ascensão social dos mais pobres passou a incomodar as elites e a classe média, que, indignados com a presença de negros e pardos nos aeroportos e shopping centers, voltaram seu ódio de classe contra os governos do PT e o próprio partido. Diferentemente, trata-se de mostrar em que medida a inclusão social patrocinada pelo PT não deixou de escamotear as contradições da sociedade brasileira, embora seu objetivo seja reduzir a gritante desigualdade entre as classes. É bastante sintomático que a principal liderança, não só do partido, mas também popular, tenha se expressado várias vezes como o defensor de um amplo pacto social, em que todos os grupos sociais sairiam ganhando.¹⁵

De acordo com a grande imprensa, muitas das reivindicações das manifestações de 2013 giraram em torno do repúdio generalizado aos profissionais e às instituições políticas do país, caracterizados de modo geral enquanto corruptos. Parte dos comentaristas de esquerda viu nesse tipo de afirmação uma campanha dirigida contra organizações políticas voltadas pela defesa dos interesses dos trabalhadores e dos mais pobres, e contra o Partido dos Trabalhadores, mais especificamente. Essa argumentação enfatiza o vínculo existente entre a rejeição generalizada da política profissional no Brasil e uma atitude “antipartidária”, que terminaria por reforçar a distância do grosso da população em relação ao funcionamento da máquina política. Ou seja, a crítica contra o funcionamento dos partidos políticos teria se convertido em um obstáculo à maior participação popular nas instâncias estatais, que estaria crescendo em importância com as administrações petistas, e cujo exemplo mais paradigmático seria encontrado nas formas de orçamento participativo que as gestões do PT estariam implementando.

Se, de fato, é possível concordar com a instrumentalização da crítica à política exercida pela grande mídia, centrada na generalização da corrupção, pode-se afirmar também que a rejeição às formas políticas e dos partidos no país não significa pura e simplesmente um afastamento da esfera política enquanto modo de resolução dos

¹⁵ Acredito que a crítica deva passar bem longe do falso dilema entre o combate pontual à desigualdade social e a inação. Nas condições de reprodução da sociedade capitalista, é mais do que evidente que reformas estruturais que melhorem a vida dos indivíduos explorados e dominados são bem-vindas. Afinal, existe um horizonte visível para que uma mudança radical no modo de reprodução da vida social possa ser efetivamente posto em ação? Porém, o discurso hegemônico na esquerda brasileira afasta qualquer possibilidade de uma crítica às supostas reformas em andamento, se é que podemos chamá-las assim, tendo em vista que questões mínimas como reforma tributária progressiva, taxaço de capitais e extensão e universalização de fato da assistência social ainda estão muito distantes da realidade.

conflitos sociais – e, no limite, um afastamento das camadas mais populares desta participação, relegando-as somente ao simples exercício do voto. A crítica generalizada aos mecanismos institucionais políticos não deveria ser vista apenas como um sinal de “alienação” em relação ao seu funcionamento. Seria necessário apontar também para a contradição que está em jogo nesse repúdio e, em especial, para a possibilidade de renovação das formas de organização das classes trabalhadoras que isso representa.

No fundo, o que uma parte da esquerda teme, e isso parece ter ficado bastante claro com a reação inicial do PT aos primeiros protestos de junho de 2013, é a perda de sua centralidade enquanto polo aglutinador das organizações dos interesses populares no Brasil. Dito de outro modo, há o receio de que o Partido dos Trabalhadores deixe de controlar de forma absoluta as lutas dos grupos subalternos. Por um lado, pode existir, sim, uma ampla campanha patrocinada tanto pela mídia quanto pelos partidos políticos adversários, campanha que visaria à perda de legitimidade do PT frente às camadas populares. Por outro, como não pensar que foi o próprio partido e suas organizações adjacentes, como a CUT, por exemplo, quem deu sua parcela de contribuição à sua própria deslegitimação, ao não apenas se envolver em crescentes escândalos de corrupção, mas também ao desmobilizar a organização autônoma das classes trabalhadoras?

Nesse sentido, o surgimento de grupos como o Movimento Passe Livre ao longo da primeira década do século XXI representaria a possibilidade de novas formas de organização dos grupos subalternos, dominados e explorados. Mais do que isso, porém, seu alvorecer apontaria para os próprios limites das tradicionais instituições de esquerda, não só no Brasil, mas também no resto do mundo. Exemplo disso seriam os diferentes grupos de contestação à ordem que surgiram pelo planeta no início deste século e que ganharam notoriedade a partir de 2011. Certamente, todos eles guardam sua especificidade histórica e geográfica, já que se inserem em condições bastante específicas em seus países. Ademais, nem todos eles redundaram em uma crítica radical ao sistema, sendo posteriormente absorvidos pelas circunstâncias e acontecimentos – vide os casos distintos representados pelos movimentos da primavera árabe e da esquerda grega. A despeito disso, a necessidade de novas formas de organização política para além dos tradicionais partidos políticos e sindicatos parece algo substancial.

A insatisfação com esses grupos, expressa de forma contraditória na sociedade brasileira, pode indicar tentativas de superar modelos que não foram capazes de ultrapassar as exigências de integração social. Isso explicaria a relação, ainda que

bastante tênue, entre os movimentos em luta pelo transporte público e os anticapitalistas, de um lado, e uma nova classe trabalhadora no Brasil, por outro – ao menos, no auge das jornadas de junho. Há um intenso debate desses movimentos não só a respeito das formas de ação diante da reestruturação social por que passa o capitalismo nas últimas décadas, mas também a respeito da participação dos trabalhadores das periferias das grandes cidades, que formam hoje em dia o grande contingente da classe trabalhadora. Sem dúvida, não é possível afirmar de maneira definitiva que os membros mais jovens desta classe não comunguem também dos “sonhos reformistas” da maioria dos trabalhadores do país, pois aqueles também estão fazendo parte da ascensão social mediada pelo consumo. Uma rápida olhada pelas formas de expressão cultural das periferias seria suficiente para mostrar isso. No entanto, eles parecem apontar também para o distanciamento em relação às organizações mais tradicionais da esquerda brasileira. Permanece, portanto, o cenário de indeterminação que caracteriza a atual sociedade brasileira, contrariando as expectativas de insurgência contra os fundamentos do atual regime de acumulação – como é o caso da análise feita por Braga. Se a nova classe trabalhadora conseguirá se organizar de formas distintas em relação ao passado, e se ela conseguirá superar o horizonte da integração, são perguntas que permanecem no ar, muito embora o atual cenário no Brasil se aproxime mais da desagregação social, favorecida pelo reforço do receituário econômico ortodoxo implementado pelo próprio Partido dos Trabalhadores e a crise que se instaurou nos últimos anos.

Bibliografia

ADORNO, Theodor. *Introdução à Sociologia*. São Paulo, Editora Unesp, 2008.

ARANTES, Paulo Eduardo. “Entre os destroços do presente”. Entrevista publicada no blog da Boitempo Editorial. Disponível em <<http://blogdaboitempo.com.br/2015/04/10/paulo-arantes-entre-os-destrocos-do-presente/>>. Acessado em 18 de outubro de 2015.

ARCARY, Valério. *Um Reformismo quase sem Reformas. Uma crítica marxista do governo Lula em defesa da revolução brasileira*. São Paulo: Editora Sundermann, 2014.

BIANCHI, Álvaro. “Do PCB ao PT: continuidades e rupturas na esquerda brasileira”. *Marxismo vivo*, dez. 2001, p. 106-16.

BOITO JR., Armando. “Governos Lula: a nova burguesia nacional no poder”. In: BOITO JR., Armando e GALVÃO, Andréia (orgs.). *Política e classes sociais no Brasil dos anos 2000*. São Paulo: Alameda, 2012, pp. 69-104.

BRAGA, Ruy. *A política do precariado: do populismo à hegemonia lulista*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2012.

_____. “Sob a sombra do precariado”. In: VAINER, Carlos *et. al.* *Cidades Rebeldes. Passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. São Paulo, Boitempo Editorial, 2013, p. 139-146.

LÖSCHE, Peter. “Adeus ao partido classista: a luta do SPD pelas camadas médias da população”. In: FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO and FRIEDRICH EBERT STIFTUNG (org.). *Classes? Que Classes? Ciclo de debates sobre classes sociais*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo/ Fundação Friedrich Ebert, 2013, pp. 199-218.

MARTINEZ, Paulo Henrique. “O Partido dos Trabalhadores e a conquista do Estado”. In: RIDENTI, Marcelo e REIS FILHO, Daniel Araújo (org.). *História do marxismo no Brasil – Vol. 6: Partidos e movimentos após os anos 1960*. Campinas: Editora da Unicamp, 2006, pp. 239-88.

MARTINS, Carlos Eduardo. “A ‘primavera’ brasileira: flores que florescerão?”. *Lutas Sociais*, São Paulo, v. 17, n. 31, p. 140-152, jul./dez. 2013.

OLIVEIRA, Francisco de. “O ornitorrinco”. In: *Crítica à razão dualista/O ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003, pp. 121-150.

POCHMANN, Marcio. “Classe média: fatos e interpretações no Brasil”. In: *O mito da grande classe média. Capitalismo e estrutura social*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2014, pp. 47-71.

SECCO, Lincoln. “O lulismo e o petismo”. In: FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO and FRIEDRICH EBERT STIFTUNG (org.). *Classes? Que Classes? Ciclo de debates sobre classes sociais, op. cit.*, p. 173-86.

SINGER, André. *Os Sentidos do Lulismo. Reforma gradual e pacto conservador*. São Paulo, Companhia das Letras, 2012.

_____. “Quatro notas sobre as classes sociais nos dez anos de Lulismo”. In: FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO and FRIEDRICH EBERT STIFTUNG (org.). *Classes? Que Classes? Ciclo de debates sobre classes sociais, op. cit.*, p. 21-38.

SOUZA, Jessé. *Os batalhadores brasileiros: nova classe média ou nova classe trabalhadora?* Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012.

VAN DER LINDEN, Marcel. “Metamorfoses da socialdemocracia europeia (1870-2000)”. In: FORTES, Alexandre (org.), *História e Perspectivas da Esquerda*. São Paulo/Chapecó, Editora Fundação Perseu Abramo/Argos, 2005, pp. 19-46.